



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inc. I, Lei nº 14.133/21)

Trata-se de procedimento administrativo que analisa a possibilidade de contratação de banca jurídica para o patrocínio de ação judicial tendente a recuperar os valores repassados a menor pela União Federal a este Município, referente aos valores oriundos de arrecadação do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e fundações, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, objetivando a correção das distorções identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do município de Mauriti/CE. Imperioso dizer que tais requisitos são críveis e úteis a contratação de uma consultoria e assessoria devidamente especializada nas citadas áreas, tendo em vista:

1. Complexidade da Legislação Tributária, Interpretação da Legislação: a legislação tributária, especialmente no que diz respeito ao IRRF, pode ser complexa e sujeita a interpretações diversas. Um escritório de advocacia especializado pode fornecer orientação precisa sobre os direitos e obrigações do município de acordo com a legislação vigente.
2. Necessidade de Defesa dos interesses Municipais, Proteção dos Interesses Fiscais: o objetivo é garantir que o município exerça seus direitos legais à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF, impedindo que a Receita Federal proceda com autuações que possam resultar em obrigações fiscais adicionais para o município.
3. Evitar Prejuízos Financeiros: a autuação da Receita Federal pode resultar em custos adicionais significativos para o município, incluindo o pagamento de diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores, enquanto o processo judicial estiver em tramitação.
4. Representação Legal Especializada, Experiência em Questões Tributárias: um escritório de advocacia especializado em direito tributário terá a experiência e o conhecimento necessários para representar efetivamente os interesses do município perante a Receita Federal e o Poder Judiciário.
5. Elaboração de Estratégias Jurídicas: o escritório poderá elaborar estratégias jurídicas sólidas para contestar a autuação da Receita Federal e defender os direitos do município de Mauriti/CE.
6. Redução de Riscos e Incertezas, Minimização de Riscos Financeiros: ao contar com a expertise de um escritório de advocacia especializado, o município pode reduzir os riscos de obrigações fiscais adicionais e prejuízos financeiros decorrentes de autuações da Receita Federal.
7. Garantia de Segurança Jurídica: a contratação do escritório proporciona uma maior segurança jurídica ao município, assegurando que seus interesses estejam adequadamente protegidos diante de questões tributárias complexas.

A contratação de um escritório de advocacia especializado para a prestação de serviços de consultoria jurídica relacionados à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF é uma medida crucial para proteger os interesses fiscais e financeiros do município de Mauriti/CE. Essa contratação proporciona representação legal especializada, defesa dos interesses municipais, redução de riscos financeiros e garantia de segurança jurídica, contribuindo para a proteção dos recursos públicos e a gestão eficiente das questões tributárias do município.

A contratação em epígrafe se mostra necessária para possibilitar o desenvolvimento dos trabalhos do Poder Executivo, visto que não há no quadro funcional da Prefeitura Municipal agente público com *expertise* ao objeto da contratação, sendo indispensável a presente contratação.

A prestação judicial em comento envolve a aplicação de conhecimento específico e não-corriqueiro, que se encontra longe das controvérsias jurídicas enfrentadas no cotidiano da Procuradoria Municipal, conforme se passará a demonstrar.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Em primeiro lugar, a ação envolve a litigância contra a Advocacia-Geral da União e seu preparado Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias (NECAP). A desproporção de Pessoal e de Recursos é latente em qualquer relação entre União Federal e Município, especialmente aquelas que envolvem litígio. Busca-se, portanto, uma banca jurídica externa que tenha costume e histórico de litigância bem-sucedida contra a União Federal.

Além disso, a ação trata de questões relacionadas ao Direito Financeiro, especificamente voltado aos blocos de financiamento municipal. O tema é pouco recorrente diante do trabalho normalmente desempenhado pela PGM e envolve, aliás, a compilação de todos os pagamentos realizados a fornecedores de bens e serviços em geral para o ente municipal nos últimos anos, respeitado o período prescricional. É improvável que o corpo jurídico municipal, por mais que competente, esteja em condições ótimas de representar o Município nesta matéria em específico.

Por fim, atenta-se para a sensibilidade financeira do pleito. Se bem-sucedida a ação de conhecimento, é natural que se proceda com a liquidação do título, o que envolve cuidadoso trabalho de levantamento de todos os valores que foram retidos pela União de forma indevida e não repassados ao Município. Se subestimado, este cálculo pode gerar renúncia de importante receita municipal; se superestimado, o cálculo pode levar ao pagamento de sucumbência em favor da União Federal, o que será igualmente deletério aos cofres locais. Daí a importância de buscar prestador especializado e habilitado.

Ainda, destaque-se que o serviço é eminentemente intelectual, e engloba uma série de fases processuais, sendo altamente provável que a controvérsia atinja o nível dos tribunais superiores.

Ademais, vê-se a impossibilidade da realização do serviço por um profissional padrão, já que o objeto não está dentro de suas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado. Ao caso concreto, justifica-se a contratação pela iminente necessidade de recuperação de valores repassados a menor pela União ao município de Mauriti/CE.

## **2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inc. II, Lei nº 14.133/21)**

A presente contratação possui previsão no PCA – Plano de Contratações Anual, estando alinhada ao planejamento da Secretaria da Fazenda para o exercício de 2024.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inc. III, Lei nº 14.133/21)**

### NATUREZA

Considerando o descrito supra, os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços contratados iniciará em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração.

### EXECUÇÃO

Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

Os presentes requisitos de contratação foram elencados levando-se em consideração as peculiaridades do serviço a ser prestado. Trata-se de serviço continuado, sem fornecimento de mão-de-obra portanto sem regime de dedicação exclusiva.

Os serviços possuem natureza continuada ou não, em função de sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meio do órgão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Este estudo foi elaborado para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica especializados de assessoramento e consultoria jurídica como já acima descrito.

A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 111 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

Necessidade de garantia de execução: não.

Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

Considerando a natureza dos serviços (atuação patronal em processos judiciais e/ou administrativos) e a incerteza de duração do(s) processo(s), bem como a impossibilidade de o município vir a ficar descoberto em relação ao patrocínio da(s) causa(s), independentemente da duração do contrato, as obrigações assumidas pelo prestador, relativamente aos processos que distribuir no curso da vigência deverão estender-se até o deslinde da(s) causa(s) e o efetivo recebimento de créditos por parte do Erário.

#### 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV, Lei nº 14.133/21)

O prazo de execução e de vigência do(s) serviço(s) objeto desta contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos do contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto deste processo, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus. Sendo tal lapso temporal propício para a realização dos serviços em condições descritas no TERMO DE REFERÊNCIA e futuro contrato.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECADAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE MAURITI/CE	SERVIÇO	01

#### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V, Lei nº 14.133/21)

Com base na necessidade identificada pelo Município de Mauriti/CE para a presente contratação, realizou-se um levantamento de mercado com foco em práticas similares adotadas por outros entes da administração pública. Segue abaixo levantamento extraído do portal de licitações dos municípios no site do TCE/CE, de diversos procedimentos administrativos de licitação realizadas que tratam do tipo de contratação pretendida:

PROCESSO	MUNICÍPIO	OBJETO	DATA DO DOCUMENTO (RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO)
<u>Inexigibilidade de Licitação nº 1709.02/2024-SMAG</u>	FORTIM/CE	Contratação de Serviços Especializados para a Análise, Identificação e Recuperação de Valores oriundos de Arrecadação do IRRF sobre Rendimentos e/ou Valores Pagos pelo Município, e Fundações, às Pessoas Físicas e Jurídicas Fornecedoras de Bens e Serviços a estes, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a Autuação do Município, de acordo com o Art. 158, I da Constituição Federal de 1988 e o Tema 1130 do STF, objetivando a correção das distorções	19/09/2024



*Handwritten signature*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



		identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do Município de Fortim/CE	
<u>Inexigibilidade de Licitação nº 027-2024</u>	CASCAVEL/CE	Contratação de Serviços Especializados para a análise, identificação e recuperação de valores oriundos de arrecadação do IRRF sobre rendimentos e/ou valores pagos pelo município, e fundações, às pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de bens e serviços a estes, impedindo que a Receita Federal do Brasil proceda com a autuação do Município, de acordo com o art. 158, I, da Constituição Federal de 1988 e o Tema 1130 do STF, objetivando a correção das distorções identificadas e efetivação do incremento de receitas aos cofres do Município de Cascavel.	29/07/2024
<u>2202.01/2024</u>	BATURITÉ/CE	Contratação de serviços técnicos-jurídicos especializados. Os serviços em questão compreendem a propositura de medidas administrativas e/ou judiciais, buscando a recuperação de créditos de natureza tributária, com fulcro: a) na recuperação das receitas de IRRF (últimos 5 anos) incidente sobre valores pagos pelo Município, suas autarquias e fundações a prestadores de bens e serviços, com fulcro no Tema 1130 de Repercussão Geral do STF e b) fim de proceder com a adequação da tabela de procedimentos do sus, com base nos índices estabelecidos na tabela TUNEP ou IVR, bem como requerer o pagamento.	22/02/2024

**FONTE DE CONSULTA:** <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>

O levantamento acima informa vários tipos de licitação utilizada para a contratação de objeto similar ao pretendido por essa administração. No entanto, a melhor solução demonstrada no quadro acima, e indicada por esse estudo, seria a modalidade de **Inexigibilidade de Licitação**, mormente a complexidade dos serviços e ausência de profissional capacitado no quadro da administração pública municipal. Portanto, visando atender as necessidades precípuas da administração a melhor solução seria contratação direta por **Inexigibilidade de Licitação**.

Diante das informações coletadas, apresentou-se o escritório de advocacia **THALES CATUNDA DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, com sede na Avenida Dom Luís, nº 300, salas 1008 e 1009, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.160-196, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.060.148/0001-72. Para verificar a viabilidade de contratação, a empresa foi contatada via e-mail, sendo solicitados seus documentos de habilitação e proposta de preços para a prestação dos serviços jurídicos no âmbito do Município de Mauriti.

Em resposta, o corpo técnico do escritório apresentou uma análise detalhada que identificou um valor estimado a ser recuperado de R\$ 6.100.425,36 (seis milhões, cem mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos). Foi proposta a atuação com cobrança de honorários advocatícios correspondentes a 15% (quinze por cento) sobre o benefício auferido em favor do Município, a serem retidos do montante recuperado, com base nos artigos 22-A e 22, § 4º, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94). Os honorários serão limitados aos juros de mora, estimando-se um valor de R\$ 915.063,80 (novecentos e quinze mil, sessenta e três reais e oitenta centavos). Além de permitir a Propositura de demanda judicial ou administrativa,



Avenida Senhor Martins, S/Nº, Bela Vista – Mauriti – Ceará  
CEP 63.210-000  
CNPJ: 07.695.269, 0001/05



unicef



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Liquidação dos valores repassados à menor, execução do crédito apurado, com inscrição em precatório, acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros.

Diante do exposto e após análise comparativa, deve-se indicar a solução escolhida para o atendimento da necessidade em questão, demonstrando, com base em razões fáticas e a partir do levantamento de mercado, que a empresa em questão é a que melhor atende ao interesse público mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em conta aspectos técnicos e econômicos a ela relacionados. Esclarecemos, também, que a presente escolha visa atender o princípio da eficiência, uma vez que a contratação de um profissional qualquer poderá causar prejuízo ao interesse público.

## I - JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação pela iminente necessidade de recuperação de valores repassados a menor pela União ao município de Mauriti/CE.

Cada vez mais, surge na sociedade a figura do especialista, seja na área das ciências sociais ou exatas. A evolução do mercado e a competitividade, exigem que os profissionais se especializem em determinada área, quer através de cursos, quer através de experiências enfrentadas, de modo que possam oferecer serviços singulares e específicos em favor do poder público, sendo, pois, no âmbito jurídico, praticamente impossível que o quadro de procuradores resolva, até pela limitação de membros e de volume de atividades, todos os problemas jurídicos do Município, inclusive, **patrocínio das causas judiciais mais complexas**.

Nesse sentido, a atuação de um consultor jurídico dotado de conhecimentos específicos que o credencia ao pleno exercício da defesa estatal, cumpre satisfatoriamente a concretização dos direitos fundamentais da sociedade, balizando os interesses conflitantes numa atuação proporcional do direito.

Desde o ano de 2015, vigoram as normas determinadas na Solução de Consulta COSIT nº 166, de 22 de junho de 2015 e na Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, modificou a interpretação dos artigos 157, inciso I e 158, inciso I, da Constituição Federal, que determinam que os valores referentes a retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IRRF") decorrente dos pagamentos a qualquer título devem ser recebidos pela União Federal.

Inclusive, com essa nova regra, o estado ou município que procedessem com a retenção e apropriação do produto da arrecadação do IRRF poderia estar cometendo uma infração tributária, punível com a incidência de multa de ofício, bem como o ato de retenção poderia ser interpretado como improbidade administrativa por apropriação indevida de receita da União Federal.

Assim, a União Federal vem recebendo os valores referentes a retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF.

Entretanto, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes ocorrido em 11/10/2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela inconstitucionalidade da interpretação dada pela Receita Federal do Brasil, garantindo ao município que ajuizou ou ajuizará a ação o direito de retenção do IRRF incidente sobre os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título.

Assim, com esse julgado, deu-se ensejo ao Tema 1130 do STF, que assim dispõe:

**"Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal."**

Em síntese, cabe ao ente Municipal postular provimento jurisdicional que lhe assegure o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele, a pessoas físicas ou jurídicas, relativamente aos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da presente ação até a data do trânsito em julgado da ação.

Os serviços objeto desta proposta consistem na propositura de medida judicial para recuperação dos valores repassados equivocadamente a União, no período compreendido entre nos anos de 2017 até a data do trânsito em julgado da ação.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Em função da especificidade da matéria envolvida e da amplitude das possíveis repercussões, faz-se necessário a contratação de um conjunto de serviços especializados e ferramentas que possibilite o reconhecimento do direito do Município ao recebimento do montante não repassado durante o período de 2017 até a data do trânsito em julgado da ação.

Assim, faz-se necessária a contratação do escritório de advocacia acima descrito, face à experiência comprovada e a ilibada reputação que o mesmo detém.

Por fim, cabe destacar que a referida demanda requer experiência técnica jurídica e contábil específica, em virtude da excepcionalidade do serviço a ser realizado, já que o objeto caracteriza-se por tarefas que não fazem parte da rotina dos servidores efetivos, bem como demandam conhecimento em área específica e experiência prévia.

Ademais, vê-se a impossibilidade da realização do serviço por um profissional padrão, já que o objeto não está dentro de suas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado, por meio do processo de inexigibilidade de licitação.

Logo, em razão da complexidade dos serviços advocatícios, e considerando que Município não disponibiliza de mão de obra suficiente para atender a demanda crescente dos serviços, justifica-se a contratação para a prestação de serviços técnicos especializados, conforme detalhado neste ETP.

Tal ato denota a singularidade dos serviços prestados, bem como a **necessidade de profissionais especializados**, assim sendo, tornando-se inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração se funda em critérios objetivos. No caso concreto a equipe técnica é composta por advogados especializados em conhecimentos jurídicos na área de **DIREITO TRIBUTÁRIO**, mais especificadamente nos **Direitos Constitucionais, Administrativo, Municipal e Tributário**, o que induz amplos conhecimentos individuais e coletivos da empresa na área do objeto da contratação, conforme proposta de intenção de contratação apresentada pelo escritório.

Na oportunidade, conforme informado pelo setor jurídico desse Município, **EM RAZÃO DA COMPLEXIDADE DA MATÉRIA**, bem como da existência de diversas outras demandas no âmbito desta Administração que a solução mais viável para propor tal proposição seria contratar escritório especializado nos referidos serviços, visto que a Estrutura Administrativa do Município conta com uma Procuradoria Jurídica, que embora composta por profissionais altamente capacitados, **não possui jurista habilitado com especialidade na área de DIREITO TRIBUTÁRIO**, que dada sua complexidade não constitui atividade corriqueira, aquela que pode ser executada com facilidade e por qualquer pessoa, além da extensa demanda jurídica e da complexidade que demanda a matéria.

Assim sendo, considerando que para lograr êxito no desempenho do trabalho, deverá restar demonstrada capacidade técnica e ampla experiência acerca da matéria jurídica envolvida. Sob outro prisma, vale destacar que a Estrutura Administrativa do Município conta com uma Procuradoria Jurídica, que embora composta por profissionais altamente capacitados, **não possui jurista habilitado com especialidade na área de DIREITO TRIBUTÁRIO**, que dada sua complexidade não constitui atividade corriqueira, aquela que pode ser executada com facilidade e por qualquer pessoa. Em palavras outras, significa dizer que a demanda judicial correlata ao direito tributário tem de ser desempenhada por quem possua conhecimento técnico e específico no assunto, na respectiva área de atuação.

Assim, observa-se que os procuradores nomeados desempenham papel de relevante importância, nas suas áreas de especialização/atuação e no que tange a generalidade das atividades desenvolvidas rotineiramente no âmbito do Poder Executivo. Ocorre que, consoante fundamentado alhures, o Poder Executivo enfrenta no seu dia-a-dia atividades de natureza altamente complexa, assim como necessita de profissionais experientes com soluções adequadas aos casos concretos, sobretudo, no acompanhamento e ajuizamento de ações em favor da municipalidade, cuja área de conhecimento não seja dominada pelos profissionais que já compõem o quadro da Procuradoria Jurídica.

Portanto, o objeto apresentado se justifica por Inexigibilidade de Licitação, levando-se em conta a especialidade dos serviços e singularidade dos mesmos, bem como, a pessoalidade e confiança do profissional a realizar os serviços, em concordância com o Art. 74, III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI, Lei nº 14.133/21)

A estimativa de valor deverá se balizar pelo mercado, com devidas comprovações, conforme documentos fornecidos, devendo



Avenida Senhor Martins, S/Nº, Bela Vista - Mauriti - Ceará  
CEP 63.210-000  
CNPJ: 07.655.269/0001-65



unicef



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



ser considerado o valor aplicado pela empresa a ser contratada em outras Prefeituras que possui contrato de igual teor. Também poderá ser utilizado como referência contratações similares, realizados por Prefeituras Municipais de aporte similar ou equivalente.

Da cotação que foi fornecida chegou-se ao percentual de remuneração honorária equivalente a **15% (quinze por cento)** sobre o benefício proporcionado à CONTRATANTE, valor este a ser apurado através do devido procedimento de liquidação de título judicial, seja por artigos ou mediante cálculos aritméticos e recebidos através de precatório judicial. A remuneração está condicionada estritamente ao fato de o benefício decorrente de decisão judicial ou administrativa efetivamente vir a ocorrer.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII, Lei nº 14.133/21)

No âmbito da prestação dos serviços, importante que abarquem, minimamente, as seguintes análises jurídicas:

(i) análise jurídica sobre a possibilidade de aferição dos valores retidos pela União e não repassados para o ente municipal, e por consequência que seja a União condenada ao pagamento das respectivas diferenças;

(ii) análise jurídica sobre o recebimento da quota parte relativa ao repasse do IRRF, decorrente da retenção desse imposto do pagamento dos fornecedores de bens e serviços em geral para o ente municipal, os quais foram repassados para a União e não devolvidos na sua integralidade no período prescricional, bem como aqueles que eventualmente ainda não estejam sendo retidos pelo município;

(iii) análise jurídica sobre o possível ressarcimento dos valores não repassados ao Município para garantir a correta destinação dos recursos, uma vez que os valores repassados pela União são manifestamente menores dos valores legalmente previstos, e, por fim;

(iv) análise jurídica sobre o possível ressarcimento dos valores correspondentes aos repasses indevidamente glosados pela União Federal, mas que foram efetivamente recolhidos pela rede municipal e encaminhados para a União Federal.

A futura contratada deverá obedecer fielmente ao contrato a ser firmado, se obrigando a realizar os serviços previsto nas condições e característica descrita neste **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** e constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**, realizando todos os serviços mencionados de forma regular, além da emissão de pareceres técnicos sempre que solicitado ou necessário ao esclarecimento de situações que possam surgir, bem como propositura de demanda judicial ou administrativa, liquidação dos valores repassados à menor, execução do crédito apurado, com inscrição em precatório, acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros, uma vez que o município não possui profissional e/ou empresa contratada com a *expertise suficiente* ao cumprimento do objeto. Portanto, recorre-se a contratação de empresa via Inexigibilidade de Licitação, mormente a complexidade dos serviços.

A futura contratada deverá prestar os serviços presencialmente, se deslocando até a Prefeitura Municipal semanalmente e também por acesso remoto, sempre que necessário.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (art. 18, §1º, VIII, Lei nº 14.133/21)

Trata-se de contratação de uma única prestação do serviço, não se aplicando o parcelamento da solução.

A contratada deverá realizar os serviços de forma única, constantemente, sendo inviável seu parcelamento, uma vez que, a divisibilidade poderia ocasionar contratação de mais de um fornecedor, o que causaria elevação dos custos e procedimentos diversos de soluções, o que não se encaixa na natureza do objeto a ser licitado e inviabilizaria a modalidade por inexigibilidade. Outrossim, ressalta-se que os serviços são indivisíveis.

## 9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX, Lei nº 14.133/21)

Os resultados pretendidos com a contratação de um escritório de advocacia para prestação de serviços de consultoria jurídica especializada, visando declarar ao município de Mauriti/CE o direito à retenção e ao produto da arrecadação do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) incidente sobre todos os pagamentos realizados por ele a pessoas físicas ou jurídicas, incluem:

### 1. Garantia do Direito à Retenção do IRRF

- Conformidade Legal: assegurar que o município esteja agindo de acordo com a legislação vigente e tenha o direito reconhecido de reter e utilizar o produto da arrecadação do IRRF, evitando disputas com a Receita Federal.



*[Handwritten signature]*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



- Reconhecimento Legal: obter uma declaração formal que reconheça o direito do município de reter o IRRF, proporcionando clareza e segurança jurídica.

## 2. Recuperação de Valores Retidos

- Reembolso de Valores: Conseguir a devolução ou compensação dos valores que foram indevidamente retidos ou pagos nos últimos cinco anos e durante a tramitação do processo judicial.
- Correção de Injustiças Fiscais: Retificar qualquer injustiça fiscal cometida contra o município, garantindo a correta aplicação das instruções normativas vigentes.

## 3. Redução de Riscos Jurídicos e Fiscais

- Minimização de Contingências: reduzir os riscos associados a eventuais autuações e contingências fiscais, proporcionando uma gestão financeira mais estável e previsível.

## 4. Melhoria da Governança Fiscal

- Transparência e Compliance: promover a transparência e a conformidade com as normas tributárias, reforçando a governança fiscal do município.

## 5. Fortalecimento da Defesa Jurídica

- Defesa Eficaz: prover uma defesa jurídica eficaz em casos de autuação ou disputas com a Receita Federal, utilizando a expertise de um escritório especializado em direito tributário.
- Estratégias Jurídicas: Desenvolver estratégias jurídicas robustas para contestar autuações e garantir a proteção dos direitos do município.

## 7. Benefícios de Longo Prazo

- Precedentes Favoráveis: criar precedentes favoráveis que possam beneficiar o município em futuras disputas ou questionamentos tributários.

A contratação de um escritório de advocacia especializado para a prestação de serviços de consultoria jurídica no que tange à retenção e arrecadação do IRRF visa proteger os recursos financeiros do município de Mauriti/CE, assegurar o cumprimento das normas legais, minimizar riscos jurídicos e fiscais, e promover uma gestão fiscal eficiente e transparente. Esses resultados são essenciais para garantir a estabilidade financeira do município, a correta aplicação da legislação tributária, e a defesa eficaz contra possíveis autuações da Receita Federal.

## 10. REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELO FUTURO CONTRATADO

O participante vencedor deverá realizar os serviços pessoalmente ou através de acesso remoto, em virtude da confiabilidade que se exige na futura contratação;

Aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado nos limites estabelecidos na Lei nº 14.133/21 e as supressões no interesse de ambas as partes contratuais, conforme art. 125 da citada lei;

Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

Não cometer atrasos e nem faltas durante execução contratual;

Manter regularidade fiscal durante período do contrato;

Se fazer presente na Prefeitura Municipal, quando solicitador, e em prazo razoável;

Atender a todos os chamados por meio de acesso remoto;

Formalizar pareceres técnicos sempre que solicitado;

Propositura de demanda judicial ou administrativa;

Liquidação dos valores repassados à menor;







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Execução do crédito apurado, com inscrição em precatório;

Acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros.

## 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X, Lei nº 14.133/21)

Para fomentar a execução dos serviços, as unidades gestoras deverão promover ações necessárias para o cumprimento do contrato por parte da contratante. A título de exemplo, podemos citar:

Disponibilização de local físico para utilização do profissional indicado pela empresa nas vistas ao local da prestação de serviços;

Disponibilizar todas as informações necessárias a prestação de serviços a ser realizada;

Manter vigente os outros serviços e demais contratações que guardem relação com a execução dos serviços a serem prestados nessa contratação de apoio administrativo.

No tocante a devida fiscalização de contrato, sugere-se que as unidades demandantes tomem as providências necessárias para munir os futuros fiscais de informações relacionadas à plena execução deste contrato, fornecendo, se necessário, curso de capacitação específico voltado para fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados.

A Administração tomará ainda as seguintes providências:

- A) definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização técnica e gestão contratual, previamente ao contrato;
- B) acompanhamento rigoroso durante a execução dos serviços e gestão do contrato;
- C) visitar constantemente a demanda executada, notadamente quanto a necessidade de correção e melhorias a serem realizadas.

## 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI, Lei nº 14.133/21)

Não se aplica.

## 13. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII, Lei nº 14.133/21)

Não foram detectados impactos ambientais na realização da prestação do serviço.

## 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, XIII, Lei nº 14.133/21)

Registre-se que a despesa com a contratação está vinculada ao crédito pretendido na ação proposta, caso recebido, o que significa dizer que o Município não terá despesa antecipada com a prestação do serviço.

Contudo, em caso de êxito, aí sim, a despesa com a prestação de serviços será enfrentada com o próprio montante obtido como crédito decorrente dos próprios créditos de imposto de renda incidentes sobre os rendimentos pagos de qualquer natureza. A dotação orçamentária que suportará a despesa dos honorários contratuais é aquela que será constituída com o sucesso da própria ação ordinária, não se vislumbrando prejuízo ao Erário.

Após essas considerações podemos concluir que o preço objeto da inexigibilidade supra mantém compatibilidade com os praticados no mercado, conforme se pode verificar nos autos do processo. Portanto, visando esclarecer a proposição da Secretaria Municipal da Fazenda de Mauriti/CE, quanto à possibilidade legal da contratação, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, visando a contratação do Escritório **THALES CATUNDA DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, com sede na Av. Dom Luís, nº 300 sala 1008 e 1009, Bairro Aldeota, Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, CEP 60.160.196, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.060.148/0001-72, para a prestação de serviços advocatícios extrajudiciais, para, com os poderes da cláusula *ad judicium*, propor as medidas judiciais cabíveis, visando os serviços já qualificados nos autos deste termo.

Por fim, esclarecemos que usamos como amparo o Princípio da Razoabilidade, vez que o Poder Executivo agiu com cautela, estudou a possibilidade da contratação e os resultados a serem alcançados, limitando a discricionariedade de sua ação. Sob a viabilidade da contratação a mesma se demonstra viável visto tal contratação ser necessária aos trabalhos da Administração Pública e estar de acordo com legislação aplicável.

*Handwritten signature*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI



Conforme se verifica no presente ETP, estão configurados os requisitos que sustentam a viabilidade da contratação, bem como a necessidade da contratação, estimativa da quantidade a ser contratada, valor estimado da contratação, entre outros.

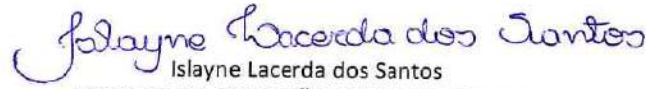
Os responsáveis pelo planejamento declaram viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o art. 18, § 1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/21.

Mauriti/CE, em 13 de novembro de 2024.

**Responsáveis pela Elaboração - Equipe de Planejamento:**


  
Nayara Henrique Cavalcante

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO**

  
Islayne Lacerda dos Santos

**MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO**

**Aprovado por:**

  
José Henrique Carneiro  
**SECRETÁRIO DA FAZENDA**



**MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Este documento visa a elaboração de um MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para a futura **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A ANÁLISE, IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE ARRECAÇÃO DO IRRF SOBRE RENDIMENTOS E/OU VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO, E FUNDAÇÕES, ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS A ESTES, IMPEDINDO QUE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL PROCEDA COM A AUTUAÇÃO DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O ART. 158, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O TEMA 1130 DO STF, OBJETIVANDO A CORREÇÃO DAS DISTORÇÕES IDENTIFICADAS E EFETIVAÇÃO DO INCREMENTO DE RECEITAS AOS COFRES DO MUNICÍPIO DE MAURITI/CE**, de forma a melhor atender as necessidades da Secretaria da Fazenda do Município de Mauriti/CE.

RISCOS RELACIONADOS A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
RISCO 01. CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE) SEM ADEQUADO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
PROBABILIDADE:		(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO:		( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
ID	DANO	
1	ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DIRETA PELO INDEVIDO AFASTAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Ampliar o conhecimento da equipe de planejamento, através de capacitações, quanto as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação contidos na lei.	Equipe de Planejamento
ID	Ação de Contingencia	Responsável
1	Não aprovar a realização de processos que não contenham os requisitos mínimos necessários para justificar a contratação direta.	Autoridade Competente
RISCO 02. FALTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO		
PROBABILIDADE:		(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO:		( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
ID	DANO	
1	IMPOSSIBILIDADE DE ATENDER À NECESSIDADE QUE MOTIVOU A CONTRATAÇÃO	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação.	Equipe de Planejamento
ID	Ação de Contingencia	Responsável
1	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.	Equipe de Planejamento

FASE DE CONTRATAÇÃO		
RISCO 01. FORMALIZAÇÃO INCORRETA DO TERMO CONTRATUAL		
PROBABILIDADE:		(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO:		(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
ID	DANO	
1	PROBLEMAS CONSTANTES NA EXECUÇÃO DO OBJETO, QUER POR FALTA, QUER POR EXCESSO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar levantamento prévio e conferir atentamente as informações antes da publicação do edital com a minuta do contrato e antes da assinatura do contrato.	Setor de Licitação e Procuradoria





2	Adoção de modelos padronizados de contratos (AGU, TCU ETC).	Setor de Licitação
ID	<b>Ação de Contingencia</b>	<b>Responsável</b>
1	Criar nível de revisão nos procedimentos de elaboração de minuta contratual e contrato propriamente dito.	Setor de Licitação e Procuradoria
<b>RISCO 02. FISCAL COM POUÇO TEMPO PARA EXECUTAR SUAS ATRIBUIÇÕES REFERENTES AO CONTRATO</b>		
PROBABILIDADE:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
ID	<b>DANO</b>	
1	<b>NÃO ACOMPANHAMENTO DE VÁRIOS ASPECTOS IMPORTANTES DA CONTRATAÇÃO OU RECEBIMENTO DE SERVIÇOS EM DESCONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>	
ID	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	Distribuição mais equitativa de contratos a serem fiscalizados entre os vários servidores do município.	Autoridade Contratante
2	Treinamento e capacitação de servidores.	Autoridade Contratante
ID	<b>Ação de Contingencia</b>	<b>Responsável</b>
1	A indicação do fiscal deve recair sobre servidor com competências e capacidade para fiscalizar o objeto.	Autoridade Contratante
<b>RISCO 03. EXECUÇÃO DO OBJETO EM DESACORDO COM O CONTRATO</b>		
PROBABILIDADE:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
ID	<b>DANO</b>	
1	<b>ATENDIMENTO INADEQUADO OU NÃO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE</b>	
ID	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	A indicação do fiscal deve recair sobre servidor com competências e capacidade para fiscalizar o objeto.	Autoridade Contratante
2	Treinamento e capacitação de servidores.	Autoridade Contratante
ID	<b>Ação de Contingencia</b>	<b>Responsável</b>
1	Distribuição mais equitativa de contratos a serem fiscalizados entre os vários servidores do município.	Autoridade Contratante

<b>RISCO 04. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DAS OCORRÊNCIAS DO CONTRATO</b>		
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
ID	<b>DANO</b>	
1	<b>RETARDO E FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, ALÉM DE IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAR O DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS</b>	
ID	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	A indicação do fiscal deve recair sobre servidor com competências e capacidade para fiscalizar o objeto.	Autoridade Contratante
2	Treinamento e capacitação de servidores.	Autoridade Contratante
3	Anotação, em local próprio, de todas as ocorrências contratuais relevantes.	Autoridade Contratante
ID	<b>Ação de Contingencia</b>	<b>Responsável</b>
1	Distribuição mais equitativa de contratos a serem fiscalizados entre os vários servidores do município.	Autoridade Contratante

<b>RISCO 05. CONTRATADA NÃO MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESTABELECIDAS NO CONTRATO</b>		
PROBABILIDADE:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
ID	<b>DANO</b>	
1	<b>RETORNO DE TODOS OS RISCOS QUE FORAM MITIGADOS POR MEIO DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO, PODENDO O CONTRATO SER RESCINDIDO, CAUSANDO PREJUÍZO AO ERÁRIO.</b>	
ID	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>





RISCO 05. CONTRATADA NÃO MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESTABELECIDAS NO CONTRATO		
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Exigir comprovação, por parte da contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação ao longo da execução do contrato.	Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato
1	Rescisão do contrato, com providência de nova licitação e apuração de responsabilidades.	Autoridade Contratante

Mauriti/CE, 13 de novembro de 2024.

*Nayara Henrique Cavalahe*  
Nayara Henrique Cavalahe

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO**

*Islayne Lacerda dos Santos*  
Islayne Lacerda dos Santos

**MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO**

Aprovado por:

*José Henrique Carneiro*  
José Henrique Carneiro  
**SECRETÁRIO DA FAZENDA**